

# Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 65

Daniel Couri

Diretor-Executivo da IFI

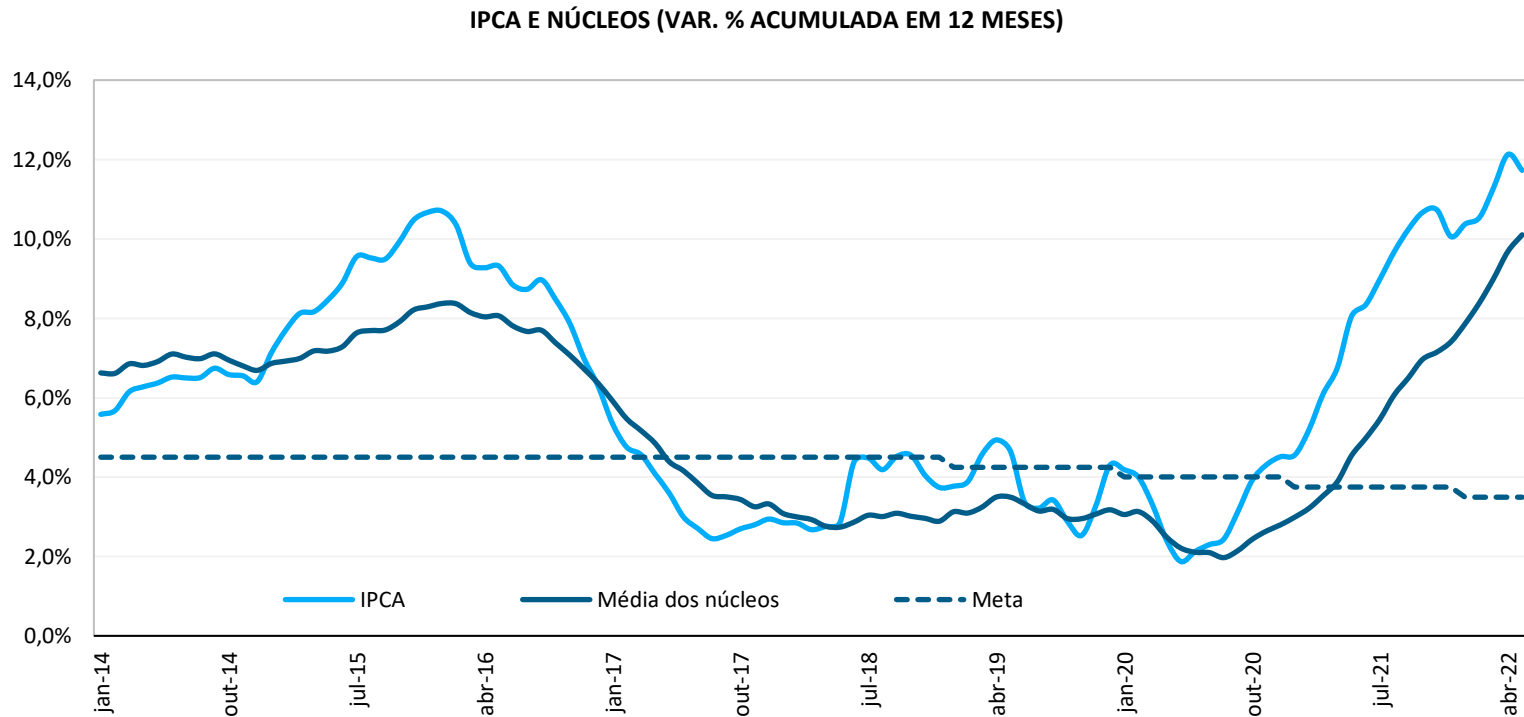
Relatório completo [aqui](#)

Brasília, 15 de junho de 2022

- Projeção para o PIB é revisada de 1,0% para 1,4% em 2022 e de 1,0% para 0,8% em 2023.
- Projeção para o IPCA é revisada de 7,9% para 8,6% em 2022 e de 4,0% para 4,2% em 2023.
- Corte de impostos pode reduzir em até 2,8 p.p. inflação de 2022 e elevar em até 1,0 p.p. a de 2023.
- Nas contas da IFI, receita primária do governo central cresceu 10,8%, em termos reais, no acumulado de 2022 até maio.
- Projeção da IFI para o deficit primário do governo central em 2022 passou de R\$ 19,2 bilhões para R\$ 49,9 bilhões.
- Em 12 meses até abril, superavit primário do setor público foi determinado pelo resultado dos entes subnacionais.
- Despesa de juros continuou a subir no acumulado de 12 meses até abril, piorando o resultado nominal do setor público.
- Projeção de despesa primária da IFI em 2022 passa a incorporar pagamento de sentença judicial da União pelo “Campo de Marte”.
- Projeção da IFI para a dívida bruta em 2022 teve ligeira queda, passando de 78,9% para 78,7% do PIB.

- A divulgação do PIB do primeiro trimestre deixou um carregamento estatístico (carry-over) de 1,5% para 2022, ou seja, supondo variações nulas para os próximos três trimestres, o PIB registraria expansão de 1,5% no ano. A projeção preliminar para o segundo trimestre, realizada a partir de dados de alta frequência disponíveis, indica elevação de 0,4% quando descontado o efeito da sazonalidade. A resiliência da atividade no primeiro trimestre nos levou a ajustar a projeção do PIB de 2022, de 1,0% para 1,4% (valor pouco abaixo do carry-over). Ao longo do segundo semestre, espera-se contração do PIB, dada a influência da política monetária mais restritiva e a desaceleração do crescimento mundial sobre o desempenho da economia. O baixo carregamento estatístico deixado pelo desempenho negativo do PIB no final de 2022 motivou um pequeno ajuste da estimativa para o crescimento do PIB em 2023 de 1,0% para 0,8%.

- Mesmo com a desaceleração do resultado de maio, o quadro de inflação corrente ainda persistente, evidenciado pela forte alta dos núcleos, motivou a revisão do IPCA de 2022 de 7,9% para 8,6%. A alta dos preços das commodities e o fôlego do consumo reforçam esse ambiente. A maior inércia afeta, conseqüentemente, a variação esperada para 2023, que passou de 4,0% para 4,2%.



Fonte: IBGE. e Banco Central. Elaboração: IFI.

- As renúncias fiscais devem produzir uma tendência de baixa sobre a inflação deste ano e de alta no próximo, com impacto de até -2,8 p.p. no IPCA de 2022 e +1,0 p.p. no IPCA de 2023. Nossas contas iniciais indicam que produziria um impacto de até -1,8 p.p. no IPCA de 2022 caso haja repasse integral para o consumidor final. Adicionalmente, a redução para zero de impostos federais (Cide e PIS/Cofins) sobre gasolina e etanol e das alíquotas do ICMS sobre diesel e GLP, com vigência até o final do ano, poderia retirar 1,0 p.p. adicional da inflação de 2022. A recomposição das alíquotas estaduais e da Cide e do PIS/Cofins em 2023 produziria, naturalmente, um impacto de mesma magnitude e sinal contrário (+1,0 p.p.) sobre a variação do IPCA do próximo ano. Portanto, esse conjunto de iniciativas (efeito estimado em -2,8 p.p. sobre 2022 e +1,0 p.p. sobre 2023) produz uma tendência de baixa para o IPCA de 2022 e de alta para 2023.

- A receita primária total do governo central (Governo federal, Banco Central e INSS) deve ter somado R\$ 941,2 bilhões no acumulado de cinco meses em 2022, um aumento real de 10,8% em relação a 2021. Esse desempenho das receitas continua a refletir a dinâmica da atividade econômica doméstica, especialmente dos setores de comércio varejista e de serviços.

## RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A MAIO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Mai/20			Jan-Mai/21			Jan-Mai/22		
	R\$ bilhões	Var.% real	% PIB	R\$ bilhões	Var.% real	% PIB	R\$ bilhões	Var.% real	% PIB
<b>Receita total</b>	<b>577,9</b>	<b>-14,2%</b>	<b>19,4%</b>	<b>764,2</b>	<b>24,7%</b>	<b>21,9%</b>	<b>941,2</b>	<b>10,8%</b>	<b>24,0%</b>
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	369,1	-12,9%	12,4%	491,7	25,7%	14,1%	592,6	8,5%	15,1%
<i>Incentivos fiscais</i>	0,0	-	0,0%	0,0	-	0,0%	0,0	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	140,6	-15,9%	4,7%	171,1	14,7%	4,9%	204,1	7,2%	5,2%
<i>Receitas não administradas</i>	68,3	-17,4%	2,3%	101,5	39,7%	2,9%	144,6	28,3%	3,7%
<b>Transferências</b>	<b>115,8</b>	<b>-6,8%</b>	<b>3,9%</b>	<b>142,6</b>	<b>16,1%</b>	<b>4,1%</b>	<b>194,2</b>	<b>22,4%</b>	<b>5,0%</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>462,1</b>	<b>-15,9%</b>	<b>15,5%</b>	<b>621,5</b>	<b>26,8%</b>	<b>17,8%</b>	<b>747,0</b>	<b>8,2%</b>	<b>19,1%</b>
<b>Receita total sem atipicidades*</b>	<b>637,8</b>	<b>-3,1%</b>	<b>21,5%</b>	<b>742,7</b>	<b>9,8%</b>	<b>21,3%</b>	<b>907,6</b>	<b>9,9%</b>	<b>23,2%</b>
<b>Receita líquida sem atipicidades*</b>	<b>522,0</b>	<b>-2,3%</b>	<b>17,6%</b>	<b>600,1</b>	<b>8,4%</b>	<b>17,2%</b>	<b>713,4</b>	<b>6,9%</b>	<b>18,2%</b>
<b>PIB (R\$ bi correntes)</b>			<b>2.972,0</b>			<b>3.491,3</b>			<b>3.920,2</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Tesouro Gerencial, Siga Brasil e Banco Central. Elaboração: IFI. \* as atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

- Projeção da IFI para o deficit primário do governo central em 2022 passou de R\$ 19,2 bilhões para R\$ 49,9 bilhões. A piora na projeção se deve, basicamente, ao aumento projetado na despesa em razão do pagamento feito pela União à Prefeitura do Município de São Paulo referente ao acordo pela cessão do Campo de Marte.

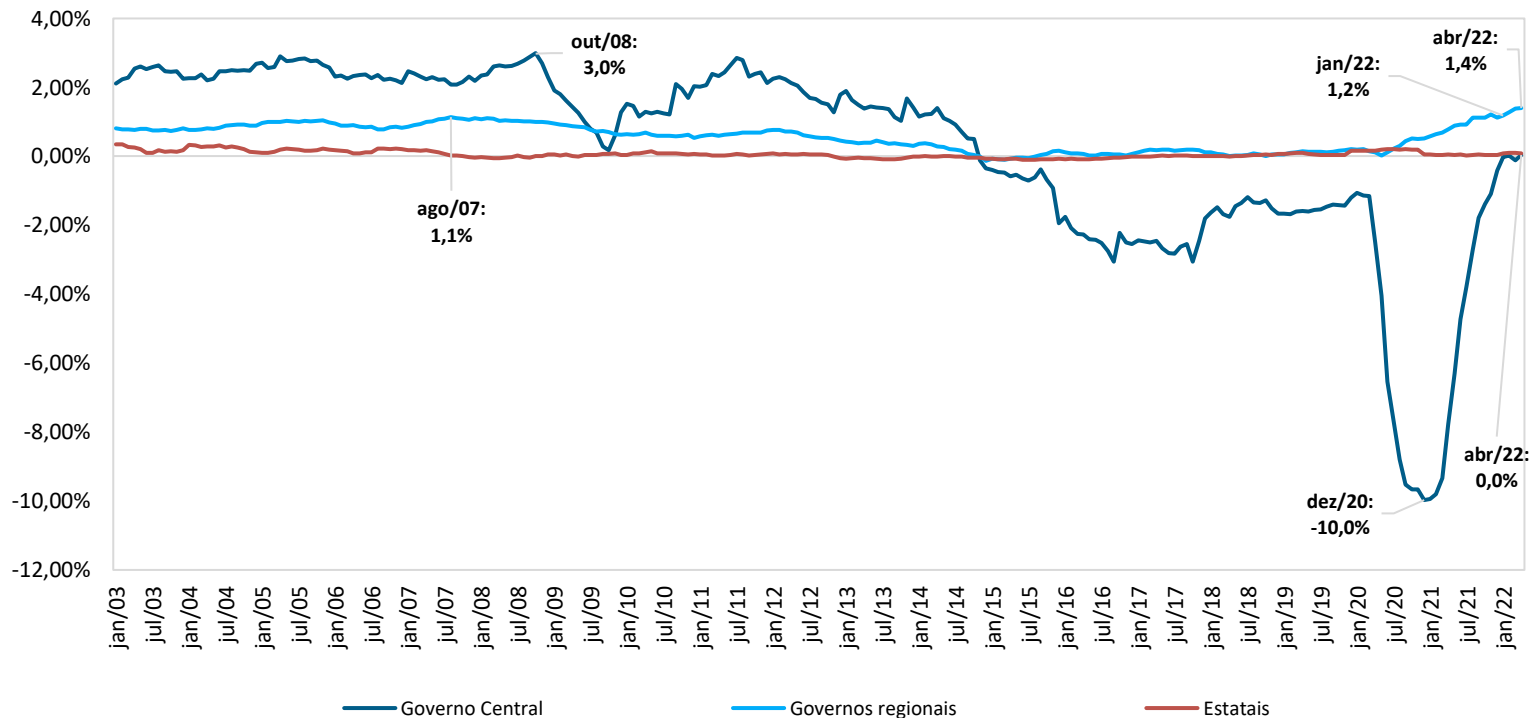
## PROJEÇÕES IFI X GOVERNO – CENÁRIO BASE

Discriminação	Governo (em mai/22)	IFI (em jun/22)	Diferença (IFI - Gov.)	
	R\$ bi	R\$ bi	R\$ bi	%
<b>Despesa Primária</b>	<b>1.777,9</b>	<b>1.793,2</b>	<b>15,2</b>	<b>0,9</b>
Obrigatórias	1.632,7	1.633,0	0,3	0,0
Previdência	788,7	789,5	0,8	0,1
Pessoal	341,3	340,8	-0,5	-0,2
Abono e Seguro	65,4	62,1	-3,3	-5,0
BPC	77,0	74,4	-2,5	-3,3
Bolsa Família / Auxílio Brasil	89,1	88,4	-0,7	-0,8
Pecatórios (custeio e capital)	19,5	19,5	0,0	0,1
Complementação ao FUNDEB	33,7	32,6	-1,1	-3,4
Subsídios e Subvenções	23,0	23,4	0,4	1,7
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	18,2	16,3	-1,9	-10,6
Desoneração da folha	3,1	7,6	4,5	146,5
Créditos extraordinários	23,8	32,3	8,5	35,6
Demais obrigatórias	149,9	146,1	-3,8	-2,5
Discricionárias do Executivo	145,3	160,2	14,9	10,3

Fonte: Decreto 11.086, de 2022 e IFI.

- Na comparação em 12 meses, setor público teve superavit de R\$ 137,4 bilhões, ou 1,5% do PIB, em abril. A principal contribuição para esse resultado veio dos estados e municípios, que registraram resultado positivo de R\$ 126,6 bilhões (1,4% do PIB). No mesmo período, as empresas estatais registraram superavit primário de R\$ 7,4 bilhões (0,1% do PIB), enquanto o governo central teve outro de R\$ 3,3 bilhões (0,0% do PIB) no período.

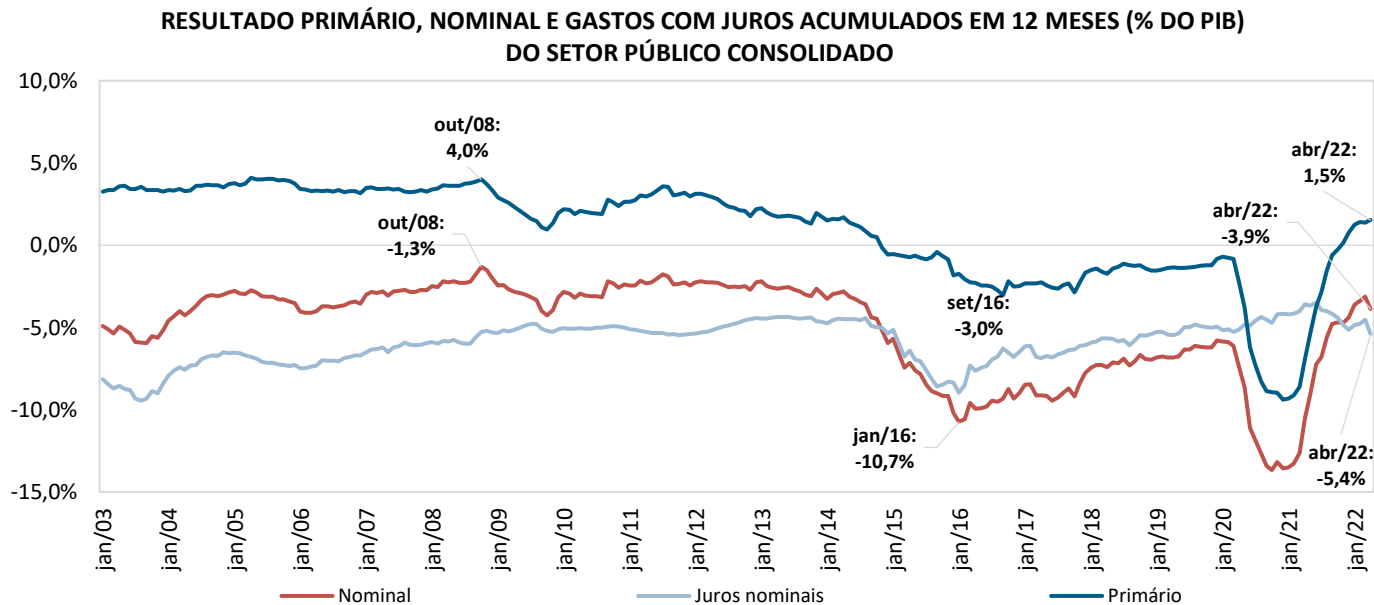
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, DOS GOVERNOS REGIONAIS E DAS EMPRESAS ESTATAIS, ACUMULADO EM 12 MESES - % DO PIB



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

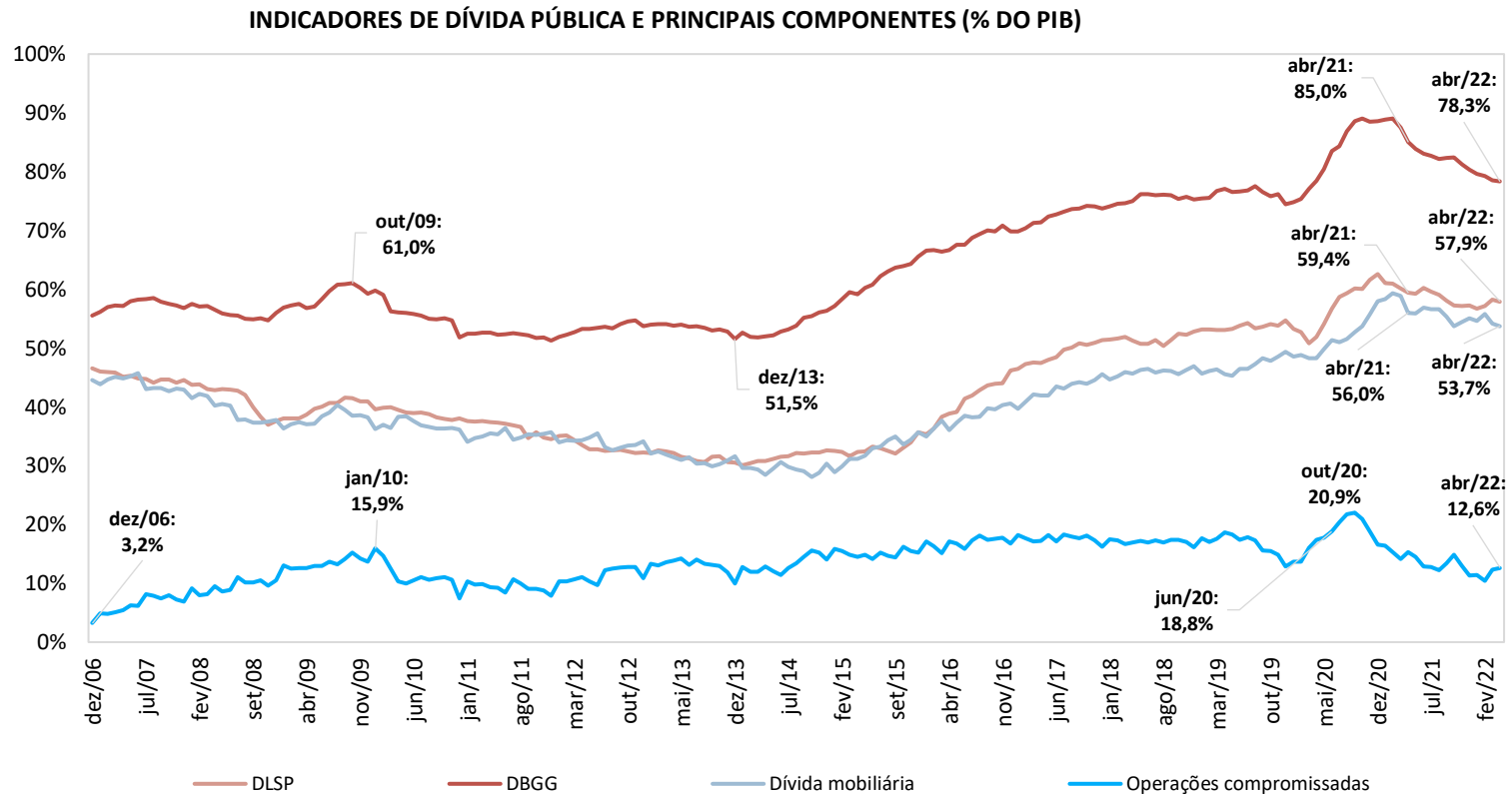


- A trajetória da despesa de juros do setor público como proporção do PIB é de elevação e o movimento deverá se manter nos próximos meses, na comparação em 12 meses, a despesa de juros situava-se em 3,5% do PIB em junho de 2021, tendo aumentado para 3,9% do PIB em julho e subido gradualmente para 5,2% do PIB em dezembro, e 5,4% do PIB em abril de 2022. A tendência é de alta para esse indicador em razão do aperto monetário em curso e do aumento do custo médio da dívida pública (taxa implícita da dívida).



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

- A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu R\$ 7.075,1 bilhões em abril, montante equivalente a 78,3% do PIB, o que configurou redução de 0,2 p.p. do PIB na comparação com março e diminuição de 6,7 p.p. do PIB em relação a abril de 2021. A projeção da IFI para a DBGG, no fim de 2022, passou de 78,9% do PIB, em maio, para 78,7% do PIB, nesta avaliação.



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.